

Líderes apressam solução para projetos polêmicos

O Colégio de Líderes reunido, ontem, com o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, decidiu finalmente encaminhar a solução de pelo menos três questões polêmicas que, até por isso, vinham sendo adiadas a despeito de prazos e pressões. A Lei da Usura — ou juros máximos de 12 por cento ao ano — poderá ser anexada a um projeto de lei complementar mais amplo; a de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) entra na Ordem do Dia hoje para receber emendas e a taxação de grandes fortunas ganha urgência. A liderança do Governo concordou e o projeto de lei sobre propriedade industrial sai do regime de urgência, como vinha sendo solicitado pelos demais partidos. Ficou decidido que todos os projetos de lei nessa situação serão colocados em votação as terças, quartas e quintas-feiras, independente de acordos prévios entre os líderes.

O projeto do deputado Gastone Righi (PTB-SP) que estabelece como crime de usura a cobrança de juros superiores a 12 por cento, como determina a

Constituição, está pronto para a Ordem do Dia há meses. Manobras de relatores e pressões externas têm provocado o adiamento da votação e, agora, poderá ser anexado a um projeto mais amplo. Para isso o presidente Ibsen Pinheiro vai indicar um deputado para compilar num prazo de 15 dias, a contar da próxima terça-feira, todas as propostas de regulamentação do Sistema Financeiro Nacional. Desse copião sairá um projeto de lei complementar a ser votado ainda neste semestre. A LDB, um projeto de lei do ex-deputado Octávio Elísio (PSDB-MG) vai enfim entrar na pauta para receber emendas em plenário e voltar às Comissões.

Há cerca de 20 dias o líder do PSB, José Carlos Sabóia (MA), conseguiu convencer o líder do bloco governista a retomar a discussão da LDB. "Ele reagiu, mas acabou acatando a decisão de incluir o projeto na Ordem do Dia", informou Sabóia, que comemorava, ontem, lembrando que a LDB é praticamente uma nova "constituição" para a Edu-

cação no Brasil. "Se o projeto for aprovado, vai jogar por terra toda essa conversa de privatização das universidades", disse o deputado.

Quem também comemorou a reunião dos líderes foi a deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ). Ela garante que a proposta de Collor de um novo Código de Propriedade Industrial deixou em pulverosa todo o setor. "Com o regime de urgência, não havia tempo hábil para apresentar emendas, e do jeito que foi proposto paralisaria toda a indústria nacional, em especial os setores farmacêutico e de alimento", observou.

Segundo Jandira, a proposta impediria até mesmo a pesquisa científica de qualquer produto que tenha similar importado, sendo comercializado no Brasil. Ela alega que o projeto deveria ter tramitação especial, porque na verdade é um código, mas isso é superável, na sua opinião, já que o Colégio de Líderes conseguiu convencer o líder do Governo a retirar a urgência.